

Governo Federal propositalmente realiza o desmonte da Conab

Na manhã de ontem, 10, representantes do governo, servidores e trabalhadores do campo debateram a proposta de privatização da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O debate aconteceu em uma audiência pública, realizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

Vale ressaltar que a Conab encara o fechamento de 27 armazéns responsáveis por controle de preços, combate à fome, proteção a pequenos agricultores, atuação em casos de desastres ambientais, entre outras políticas sociais.

Oton Pereira Neves, representando a Fenadsef e os trabalhadores da Conab, integrou a mesa de palestrantes e afirmou

que a estatal está sendo destruída por falta de investimentos do governo. Em setembro, em outra audiência pública na Câmara sobre o tema, a funcionária Jô Queiroz denunciou o sucateamento, exigindo que fosse cumprida a previsão legal de orçamento específico para a companhia, que é de R\$ 1,4 bilhão anual. Em 2019 a previsão de gasto total é de pouco mais de R\$ 3 milhões, muito aquém do necessário. A preocupação, para além da precarização da empresa, é pela privatização.

Com intervenções breves e vazias, os representantes do governo insistiram na ideia de otimização de recursos. "Onde a iniciativa privada atua, não há necessidade de manter os armazéns, o Estado tem que sair", afir-

mou o diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, Guilherme Bastos.

Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário-geral da Fenadsef, também criticou o disfarce e a dissimulação do governo. "O que está em questão não é tão somente o desmonte da Conab, mas de todas as estatais e empresas públicas. Utilizam-se de expressões e palavras bonitas, mas privatizar é entregar o público para o privado. Que conversa é essa de que 'privatizar é cuidar do recurso público'? As estatais são patrimônio do povo brasileiro, não é patrimônio de governo A, B ou C. Quem deu autorização para esses moços fazerem isso? Aí se vê o cuidado que este governo tem com o patrimônio público", atacou.

Com informações da Condsef/Fenadsef.

10 de Dezembro

DIA
INTERNACIONAL
DOS
DIREITOS
HUMANOS



"Todas as pessoas nascem iguais em dignidade e direitos"



Aumento de mortes de lideranças indígenas é o maior dos últimos 11 anos, diz CPT

O número de lideranças indígenas mortas em conflitos no campo em 2019 foi o maior em 11 anos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgados nesta segunda-feira (9). Foram sete mortes em 2019 e duas em 2018. Os dados são preliminares. O balanço final será feito em abril de 2020.

Só no último fim de semana, três ativistas indígenas foram assassinados e outros ficaram feridos. No sábado (7), em Jenipapo dos Vieiras, no Maranhão, os indígenas Guajajara Firmino Prexede Guajajara e Raimundo Bernice Guajajara foram assassinados quando voltavam de uma reunião com representantes da Eletronorte e da Fundação Nacional do Índio. Nelsi Olímpio Guajajara levou um tiro na perna, mas sobreviveu. O outro indígena ferido não foi identificado.

Também no sábado, em Manaus, no Amazonas, o ativista da etnia Tuyuca Humberto Pei-

xoto Lemos morreu no hospital após ser agredido a pauladas na segunda-feira (2).

Em nota publicada no site da CPT, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) afirma que “tais crimes têm acontecido na esteira de discursos racistas e ações ditadas pelo governo federal [comandado por Jair Bolsonaro], como o incentivo a invasões às terras indígenas”.

O Cimi denuncia e repudia mais este atentado e lembra que, em 1º de novembro, a liderança Paulo Paulino Guajajara foi assassinada dentro da Terra Indígena Araribóia, também no Maranhão, atacado por invasores durante emboscada. A nota lembra ainda que Laércio Souza Silva Guajajara foi alvejado no braço e nas costas, mas sobreviveu.

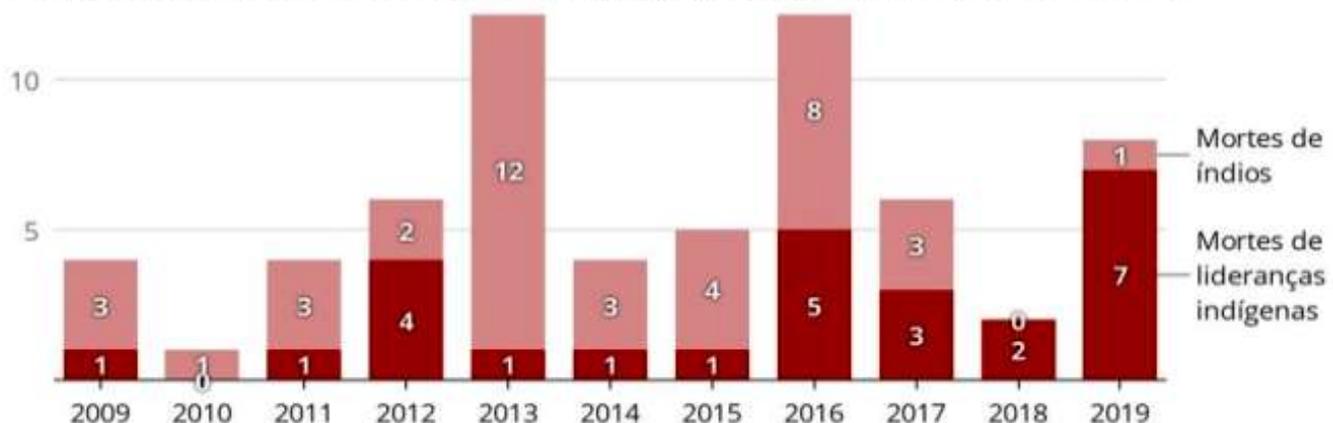
“Tais crimes, contanto ainda com atentados, ameaças, tortura e agressões ocorridas por todo país contra essas populações têm acontecido na esteira de discursos racistas e ações ditadas pelo governo federal contra os direitos indígenas. O presidente Jair Bolsonaro tem dito e repetido, em vários espaços de repercussão nacional e internacional, que nenhum milímetro de terra indígena será demarcado em seu governo, que os povos indígenas teriam muita terra e que atrapalham o ‘progresso’ no Brasil”, diz trecho da nota do Cimi.

E mais: “Os direitos dos povos indígenas têm sido negociados e entregues à bancada ruralista, que já tem o controle das ações da Funai em Brasília e nas regiões. Nestes últimos dias, o atual presidente da Funai, Marcelo Xavier, determinou que todos os servidores sejam obrigados a solicitar sua autorização para prestar assistência às comunidades indígenas, além de proibir o deslocamento de servidores a terras indígenas não homologadas e registradas”, diz a nota.

Fonte: CUT.

Assassinatos de índios e lideranças indígenas no campo

Violência contra líderes de comunidades indígenas em 2019 foi a maior em 10 anos



*2019: dados preliminares

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)